

Um convite para pensar e agir a partir dos comuns



Marcelo Aversa



Vanessa Lucena
Empinotti



Os comuns são um tema chave para discutir não apenas as relações econômicas entre humanos e natureza, mas também questões de justiça social, sustentabilidade, democracia participativa, cultura e movimentos socioambientais. Este é um tema que contribui com o propósito da Revista Diálogos Socioambientais de promover o diálogo entre disciplinas – desde economia, ciência política, direito, ecologia, sociologia e planejamento – e com a sociedade, considerando a multiplicidade de atores e as suas relações com os territórios.

A proposta deste volume também tem por objetivo homenagear nosso querido colega Rodrigo Paixão, que nos deixou em 4 de novembro de 2023, vítima de um câncer. Rodrigo era vereador na cidade de Vinhedo, no estado de São Paulo, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC e um precursor em criar pontes para aplicar os princípios dos comuns nas práticas de planejamento urbano. Seu trabalho de mestrado desenvolvido no PGT/UFABC teve como foco o desafio da consolidação de um comum frente aos regimes de propriedade no município de Vinhedo. No seu doutorado, se propunha a estudar casos de aplicação dos fundamentos dos comuns nas ferramentas e instrumentos de gestão urbana no contexto Espanhol, por meio de uma dupla titulação entre a Universidade Federal ABC no Brasil e a Universidad Autònoma de Barcelona (UAB) na Espanha.

Com carinho e cuidado, além do Editorial elaborado pela companheira de Rodrigo Paixão, Denise Gonçalves Paixão, o volume contém duas entrevistas: uma para registrar a história política de Rodrigo Paixão, com o Vereador Luiz Vieira de Vinhedo, SP; e, outra para apresentar o projeto intelectual de continuidade dos estudos sobre os comuns urbanos, com a Professora Iolanda Bianchi, da UAB, Espanha. É emocionante sentir como o valor de cada palavra destes três registros constroem uma representação do sentido da vida de Rodrigo Paixão. Um ser humano calmo e afetuoso na relação com a sua família e com todos os que o conheceram. Um ser humano sério e firme nos propósitos de defender os bens, serviços, direitos e ecossistemas de interesse coletivo, a partir da vereança em Vinhedo. Um ser humano comprometido com a busca pelo conhecimento, como forma de unidade entre a Ética e a Política, entre a Teoria e a Prática e entre o Pensamento e a Ação.

Esta 20ª Edição da Revista Diálogos Socioambientais, “Comuns, Lutas e Planejamento Territorial”, contempla artigos que abordam os comuns em contextos históricos e contemporâneos, estudos de caso que destacam experiências práticas e reflexões teóricas sobre as implicações políticas, econômicas e culturais das relações comunitárias em modelos propriedade, governança, luta e sobrevivência. O seu conjunto de artigos está situado na perspectiva crítica à economia política dos comuns, no sentido de apresentar e discutir uma variedade de formas de oposição à mercantilização do mundo.

A constituição da sociedade liberal está marcada pela distinção entre o que seja Mercado e o que seja Estado. Muito embora, para pensadores do Estado Absolutista, como Hobbes, já se concebia a dupla função estatal de garantir e proteger bens privados ao Mercado e a de fornecer bens e serviços públicos que o setor privado seja incapaz de satisfazer (Dardot; Laval, 2017)¹. Ao se compreender os comuns dentro dos próprios limites e pressupostos trágicos do liberalismo e dos neoliberalismos, pode-se cair numa cilada de que nada no mundo pode estar fora do regime de propriedade privada ou pública. Os pastores tenderão a buscar seus próprios interesses, ocasionando a superexploração da natureza, somente se não cooperarem, o que, na formação da subjetividade baseada na concorrência, ocorrerá muito provavelmente. Contudo, como foi demonstrado pelas pesquisas de Elinor Ostrom, há formas de colaboração social em ações coletivas para gerir recursos naturais que estão para além do Estado e do Mercado. A questão, portanto, reside em distinguir as formas de colaboração que estejam situadas estrategicamente em oposição aos mecanismos de poder baseados na competição e concorrência da sociedade neoliberal. Os artigos desta publicação estão colocados estrategicamente nesta disputa, a fim de buscar discutir teorias, conceitos e realidades que abordam aquelas mobilizações sociais cujos laços de pertencimento acontecem, em favor dos comuns, para viabilizar as lutas e para planejar o território.

CONJUNTURA

O artigo de Sergio Amadeo sobre “as dialéticas do comum e o capitalismo mais que tardio” defende a “criação de experimentos comunais, que demonstrem a viabilidade de modos de vida alternativos ao capitalismo”. Este texto é uma importante contribuição para o debate dos comuns, porque analisa os modos de vida pela perspectiva materialista histórica, ao considerar os experimentos e inventos sociais anticapitalistas de organização do comum como transformações estratégicas que emergem das contradições internas do sistema capitalista.

No mesmo sentido de ir além da regulação estatal e da lógica de mercado, João Tonucci examina o planejamento urbano no Brasil em seu artigo sobre “a lógica do comum urbano”. Para o autor, seja nas formas de gestão da terra como um bem compartilhado, como os “Community Land Trusts”, seja nos movimentos das ocupações urbanas, nas experiências de cooperativas habitacionais e nos mutirões autogeridos, a organização social cria formas de gestão coletiva da moradia em que a comunidade decide seu uso em função do bem-estar coletivo. É neste sentido que o comum urbano oferece alternativas colaborativas para a produção do espaço, promovendo o direito à cidade.

Claudio Penteadó apresenta uma discussão sobre o “Comum como política pública em Barcelona: o exemplo do Canòdrom” e tem por objetivo discutir os comuns urbanos como uma opção de formulação de políticas públicas dentro de uma chave de inovação

1. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

cidadã de valorização da participação. O autor, ao discutir o caso de Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática, aponta como esta inovação democrática se torna um espaço de agregação de ativistas da cultura digital para o desenvolvimento de soluções digitais voltadas à participação e à cultura cidadã.

Também no contexto digital, Miguel Said Vieira apresenta os avanços da livre circulação de informações no âmbito dos comuns do conhecimento e da cultura, que são assim denominados por estarem relacionados às coisas imateriais cujos autores compartilham livremente, tais como softwares, artigos científicos, músicas, fotografias etc. Contudo, para o autor, em seu artigo “comuns do conhecimento e desigualdades”, a vitória da livre circulação de dados também veio acompanhada pelos desafios associados ao capitalismo de vigilância e a inteligência artificial generativa, uma vez que “a concentração da internet em um pequeno número de plataformas (controladas por megaempresas como Google, Meta e Amazon) e a popularização dos smartphones ampliaram as possibilidades dessa vigilância”.

André Pasti, em seu artigo, “Sua cidade, seus dados: resistindo à mercantilização do território e dos dados pessoais”, discute a tendência de mercantilização dos dados pessoais nas práticas de planejamento e gestão urbana, o que coloca em risco a privacidade dos dados pessoais e a democracia. Para o autor, as tecnologias não são boas nem ruins, muito menos neutras. A “smart city” vem acompanhada de uma proliferação de parafernália de instrumentos de captura massiva de dados. Entre os exemplos, está a operação por empresa privada de sistema de vigilância da cidade de Vinhedo (SP), que possibilitou o uso indevido por integrante da administração municipal, ao abordar Vereador Rodrigo Paixão numa festa, em tom de ameaça, dizendo saber de detalhes dos lugares em que esteve o vereador em um determinado dia. Para coibir estes abusos, as campanhas “Sua Cidade, Seus Dados” e “Seus Dados São Você” promoveram a regulamentação da proteção de dados, sendo a cidade de Vinhedo a primeira a aprovar a legislação em 2018.

Por fim, Tatiana Rotondaro situa o debate teórico sobre “Comuns, Territórios e Planejamento contra-hegemônico”, no sentido de apontar formulações críticas e insurgentes para a agenda de pesquisa de um planejamento territorial contra-hegemônico. Para a autora, a perspectiva crítica ampliou a compreensão sobre os comuns, “tratando-os como um princípio político, como uma práxis que envolve os bens, as pessoas e as relações”. Neste sentido, afirma que os conceitos de “território” e “comum” são conceitos em disputa, razão pela qual um planejamento territorial contra-hegemônico emergiria das comunidades subordinadas que afastem qualquer possibilidade de instituição do comum dentro da tradição liberal dos direitos de propriedade.

JOVENS PESQUISADORAS

Letícia Santos, com o artigo “Sobre viver e lutar pela soberania alimentar em São Paulo e as relações colaborativas”, discute como “viver para lutar” e “lutar para viver” são domínios constituintes da reprodução social e, por sua vez, da organização das lutas urbanas. A autora desenvolve estas relações, a partir de várias experiências pela segurança alimentar, tais como a Horta Comunitária Gera Juncal, o Coletivo Banquetaço, as hortas comunitárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Cozinha Ocupação 9 de Julho (MSTC - Movimento Sem-teto do Centro) e a Associação dos Agricultores da Zona Leste, que sustentam a sua tese: “a vida é o fim e o meio em função do qual a luta se organiza”.

Camila Jorge Haddad, em seu artigo, “O Comum contra a propriedade: uma nova perspectiva para as lutas pela terra”, enfrenta o desafio de explorar os conceitos sobre os comuns nas produções de Hardt e Negri, Dardot e Laval e Federici, a fim de pensar alternativas emancipatórias à propriedade capitalista da terra, o que, para a autora, significa: “a luta pelo território é, acima de tudo, uma luta contra a lógica de apropriação da natureza e de cercamento da vida e das relações sociais”.

“A memória negra do Quilombo Saracura: lutas pelos comuns frente às práticas de planejamento territorial da cidade de São Paulo” é o artigo elaborado por Claudia Alexandre, Newton Massafumi Yamato e Marcelo Aversa. Os Rios Saracura Mirim e Açú são os pontos de partida e de recomeço da história da urbanização da região do Bixiga, Centro de São Paulo, porque suas águas expressam os trajetos da ocupação de famílias negras, das suas formas de sobrevivência e das suas práticas tradicionais. A autora e autores discutem como as práticas discursivas do “Mobiliza Estação Saracura Vai-Vai” se apresentam conforme um agir comum em defesa do patrimônio cultural negro deste território, o que, nas palavras do próprio movimento, significa: “reparação histórica é direito do povo negro e dever do Estado! Por direito à verdade, à memória e à Justiça”.

ENGAJAMENTO

O artigo de Natália Lobo e Renata Reis, “Alternativas agroecológicas nos territórios: a construção de comuns e a autonomia das mulheres”, é uma importante contribuição para a reflexão sobre comuns, agroecologia e feminismo. As autoras discutem experiências concretas de resistências agroecológicas em múltiplos territórios, tais como hortas comunitárias e mobilizações em espaços comunitários, em que estão presentes a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e a Marcha Mundial das Mulheres, por meio de uma educação popular que reafirma “cada território e seus sujeitos políticos como criadores de resistências, lutas e alternativas no processo cotidiano de produzir a vida”.

Rodrigo Savazoni analisa “o poder dos laboratórios cidadãos”, considerando bases teóricas e experiências de laboratórios cidadãos nos Estados Unidos (MIT Media Lab), no Brasil (Rede Mocambos) e na Espanha (Citilab de Cornellà de Llobregat, em Barcelona, e Medialab-Prado, de Madri). De forma consistente, o autor apresenta como, partindo-se de processos organizativos participativos, um laboratório social constrói um bem comum. De maneira que o laboratório cidadão, diferente de uma fábrica de “startups”, é uma incubadora de comunidades em que os comuneros se organizam para desenvolver a inteligência coletiva.

“Ocupações urbanas e suas práticas cotidianas (*commoning*) como ação política” é o artigo elaborado pelos(as) autores(as) Julia Moretti, Mary Spink, José Gomes e Cris Andrada. Neste artigo, é apresentada parte da pesquisa que está em andamento em São Paulo e em Barcelona (Espanha). A pesquisa em São Paulo trata da gestão coletiva ou das práticas cotidianas (*commoning*) na ocupação Oswald de Andrade, situada na região central de São Paulo, onde vivem 120 pessoas, do movimento Frente de Luta por Moradia (FLM). Para os(as) autores(as), ficou evidenciada “a importância de entender as práticas de *commoning* como um processo de coprodução de ideias e práticas de longo prazo, capaz de gerar e sustentar comunidades e comuns”.

ARTES

O poema visual “quilombo saracura”, de Marcelo Aversa, contempla a sessão artes do volume. É uma escrita antipoética entre a palavra, o som e a imagem, que além de manter a tradição de rompimento com o verso, busca uma representação antipoética dos conflitos cotidianos, por meio de “uma sintaxe não linear e analógica e a inter-relação de códigos verbais e não verbais (verbivocovisual)” (Mendonça, 2023, p. 215)². Neste poema, o risco é imagem e palavra entre a vida e a morte do Rio tamponado.

Este volume visou construir um espaço de exploração e intersecção dos comuns com questões emergentes, como tecnologia e urbanização, e examinar como os comuns estão sendo mobilizados por comunidades periféricas e movimentos populares como ferramentas de resistência e construção de alternativas ao desenvolvimento. Dessa forma, o volume não apenas preenche uma lacuna na literatura, mas cria um panorama dos dilemas contemporâneos de perpetuação da vida no cenário de agravados conflitos territoriais e mudanças ambientais globais.

2. MENDONÇA, Julio. A poesia visual e a experiência que não tem nome. In: MENDONÇA, Julio; MANGISFESTA, Claudio (org.). **Poesia visual brasileira e argentina: uma antologia**. São Paulo: Laranja Original, 2023, p. 214-218.

